

| | |
|---|---|
| Assunto: Aniversário do Des. Carlos Moraes | |
| Veículo: Folha de Pernambuco | |
| Editoria: Programa | Seção/Repórter: Persona/Roberta Jungmann |
| Página: 2 | Data: 28/11/2014 |



PROGRAMA-SE

Houve erro na publicação dos aniversariantes de ontem. Na realidade, eles fazem idade nova na sexta. Hoje, vamos entoar os parabéns para o desembargador Carlos Moraes, Tereza Brennand, Fernando Queiroz Galvão, João Bosco Barros, Sílvio Romero Marques, Francisco Lapenda, Leianne Correia, Ângela Pragana, Carlos Russel, André Pessoa de Carvalho, Wedja Gouveia, Eduardo Medeiros, Ana Clara Melo, Cristina Azevedo, José Carlos Regueira, Alessandra Pires, Ângela Mota, Luciana Lima, Luciana Costa, Josberto Rocha e Luciene Cavalcanti.

| | |
|--|-------------------------|
| Assunto: Brasil abusa das prisões provisórias | |
| Veículo: Diário de Pernambuco | |
| Editoria: Brasil | Seção/Repórter: |
| Página: D2 | Data: 28/11/2014 |

DIÁRIO de PERNAMBUCO

PESQUISA

Brasil abusa das prisões provisórias

O Sistema de Justiça Criminal brasileiro mantém nas cadeias do país cerca de 90 mil presos provisórios que, ao final do processo judicial, acabam sendo absolvidos ou condenados a penas alternativas, sem restrição de liberdade. O número representa 37,2% do total de presos provisórios no país. É o que mostra a pesquisa A Aplicação de Penas e Medidas Alternativas, feita pelo Ministério da Justiça e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgada ontem. O resultado do levantamento mostra que no país há uso "sistemático, abusivo e desproporcional" da pri-



Prisões ficam superlotadas

ção provisória em detrimento da adoção de medidas alternativas. A pesquisa analisou dados de varas criminais e de juizados especiais de Alagoas, do Distrito Federal, do Espírito Santo, de Minas Gerais, do Pará, do Paraná, de Pernambuco, do Rio de Janeiro e de São Paulo, nos últimos dois anos. (ABR)

| | |
|--|-------------------------|
| Assunto: Menção à 14ª Vara Cível da Capital | |
| Veículo: Jornal do Commercio | |
| Editoria: Economia | Seção/Repórter: |
| Página: 7 | Data: 28/11/2014 |

jornal do  commercio

Nó judicial vai atrasar a refinaria

PETROLÃO Sem receber dinheiro da Petrobras, fornecedor pede suspensão de contrato. O problema é que a interrupção impede a refinaria de concluir obra essencial



Adriana Guarda
adriana guarda@jc.com.br

O consórcio Alusa-CBM, um dos responsáveis pela construção da Refinaria Abreu e Lima (Rnest) em Pernambuco, conseguiu suspender contrato com a Petrobras. Decisão da 14ª Vara Cível do Recife determinou não só a interrupção do contrato, mas também as exigências de garantias, cobranças e retenção de valores por serviços prestados. A medida também impede a Petrobras de repassar a obra para outra empresa. Na prática, isso significa que a construção da unidade sob responsabilidade da Alusa-CBM será para-



Heudes Regis/JC Imagem

POLUIÇÃO Alusa-CBM é responsável pela unidade que reduzirá a emissão de gás tóxico

lisada. Aliás, desde o último dia 6, o consórcio suspendeu a prestação de serviços por falta de pagamento.

O calote foi repassado aos trabalhadores e a Justiça do Trabalho determinou o bloqueio de R\$ 126,6 milhões nas contas da Petrobras para pagar a dívida. Ontem o dinheiro retido da estatal foi depositado em Juízo.

A suspensão do contrato vai alongar o cronograma de entrega da refinaria, que começou a se construir em 2007. O consórcio Alusa-CBM é responsável pela unidade de Carteira de Enxofre, responsável pela realização do tratamento de água ácidas e neutralização de soda. Em resumo, as unidades permitem a redução da toxicidade no processo de refino.

As licenças de operação emitidas tanto pela Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH) quanto pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) fizeram uma série de exigências, antes de permitir a autorização completa de funcionamento da refinaria, que está limitada a processar apenas

39% de sua capacidade. A decisão da Justiça em favor da Alusa poderá desencadear outros pedidos semelhantes. Outra obra nas mãos de outro consórcio com a empresa (EBE-Alusa) é responsável pela construção da unidade SNOx (responsável pelo abatimento de emissões de gases poluentes). Os órgãos ambientais só vão liberar a LO definitiva com a conclusão da SNOx.

No processo encaminhado a Justiça, o consórcio Alusa-CBM alegou que o orçamento inicial da obra foi calculado em R\$ 652,4 milhões, mas que a complexidade da obra e "circunstâncias imprevisíveis" fizeram com que o valor ficasse defasado. Pelos cálculos do consórcio, a elevação do custo chega a R\$ 400 milhões e que a Petrobras teria se negado a reajustar.

Sem esperança de que a situação se resolvesse, a empresa entrou na Justiça para evitar cobranças de cumprimento de contrato e cobranças judiciais e extrajudiciais.

Afetados por obras ganharão casas

Quase um ano após a aprovação de financiamento da Caixa Econômica Federal (CEF) para o Porto de Suape, começaram as obras de terraplenagem para a construção do Conjunto Nova Vila Claudete, no Cabo de Santo Agostinho. O condomínio de 2.620 casas vai beneficiar 6,8 mil famílias que moram na área do complexo. O investimento no habitacional e no projeto de urbanização será de R\$ 235 milhões.

"Hoje foi um dia de comemoração para nós de Suape. O habitacional vai permitir a retirada das famílias das áreas de preservação ecológica", diz o vice-presidente de Suape, Caio Ramos.

Do total do investimento, R\$ 141 milhões serão aplicados na construção do habitacional e o restante no provimento de infraestrutura para

oito comunidades já existentes, a exemplo de Massangana I, Massangana II, Gaibu, Vila Suape, Cépovo, Vila Nazaré, Vila Nova Tatuoca e a Vila Claudete (o loteamento original). "Serão obras de saneamento, pavimentação, iluminação e até uma escola", explica o gestor.

As casas serão erguidas pela CMT Engenharia, vencedora da licitação. A construtora já teve o contrato assinado pela CEF, no valor de R\$ 141 milhões, no Programa Minha Casa Minha Vida. As obras devem ser iniciadas ainda este ano. O prazo de conclusão do projeto completo é de 3 anos.

Em março deste ano, Suape entregou a Vila Nova Tatuoca e removeu os moradores da ilha, onde hoje se localiza o polo naval. Os moradores aguardam as escrituras das casas.

| | |
|--|-------------------------|
| Assunto: Audiência pública para apresentar redesenho do Novo Recife é marcada por embates | |
| Veículo: Blog do Jamildo | Data: 28/11/2014 |
| Editoria: | Seção: |



sem novidades

Audiência pública para apresentar redesenho do Novo Recife é marcada por embates

Discussões acaloradas e gritos contra o prefeito Geraldo Julio (PSB) pontuaram a audiência pública realizada nesta quinta-feira (27) para apresentar o redesenho do Projeto Novo Recife, elaborado pelo consórcio homônimo e [divulgado pelas construtoras à imprensa no último dia 6, um dia antes do que havia sido previsto](#) para o ato, [re-marcado após decisão do Tribunal de Justiça de Pernambuco \(TJPE\)](#).

A audiência começou por volta das 9h20, com a exposição do projeto reestruturado para o Cais José Estelita, área histórica do Centro da capital pernambucana. Agora, o empreendimento deverá ter 13 prédios com alturas entre 42 e 137 metros de altura, o que equivale a 12 e 38 andares. Segundo o projeto, deverá ser dez edifícios residenciais, um hotel, um empresarial e um flat, além de 65% da área para uso público.

Na mesa, mostrando o novo plano, estavam representantes da Prefeitura do Recife, como o secretário de Desenvolvimento e Planejamento Urbano, Antônio Alexandre, e do consórcio formado por quatro construtoras – Moura Dubeux, Queiroz Galvão, Ara e GL Empreendimentos. Abaixo deles, uma faixa usada pelo Movimento Ocupe Estelita, com a frase: “A cidade é nossa. Ocupe-a”.

OUÇA

[**Audiência pública sobre Novo Recife acontece sob vaias de participantes**](#)

Em mais de cinco horas de audiência, diversos integrantes do movimento retomaram os seus argumentos contra o projeto. Uma das bandeiras dos manifestantes é que o plano diretor que definirá as diretrizes urbanísticas para a área deveria ter sido elaborado antes do redesenho. “O que faria sentido era que a audiência fosse para dar a devolução sobre as 277 diretrizes sugeridas. Participação popular implica ouvida e devolutiva. Essa audiência deveria ter outro objeto”, defendeu a advogada Liana Cirne Lins. “O patrimônio histórico não é respeitado por esse redesenho. A paisagem não está sendo tratada como direito de todos, e sim como um produto de luxo”, acrescentou.

LEIA TAMBÉM

[**Redesenho do Novo Recife atende aos pedidos da PCR e amplia em 20% a área pública do empreendimento**](#)

A procuradora da República Mona Lisa Duarte Ismail questionou o redesenho, afirmando que ele não deixou de lado características ainda analisadas pelo Ministério Público Federal (MPF), como o valor histórico da região e o fato de estar em pátio ferroviário. Ismail defendeu a preservação da área. “As diretrizes foram estabelecidas entre o consórcio e a prefeitura. Então, a gente não pode considerar que houve um processo de discussão”, afirmou ainda.

Não faltaram críticas também ao prefeito Geraldo Julio, que não foi à audiência porque participava da reunião da Executiva Nacional do PSB, em Brasília. “Recife não pode mais organizar a cidade depois dos interesses econômicos”, afirmou candidato a governador de Pernambuco nas últimas eleições Zé Gomes (PSOL), que disse ainda que o socialista é “o funcionário do ano da Moura Dubeux”. O prefeito ainda foi acusado pelos manifestantes de ser “laranja” de empreiteiras.

No entanto, as opiniões não foram apenas contra o Projeto Novo Recife. **Líderes comunitários que haviam se posicionado a favor do empreendimento** também se manifestaram. “Vocês estão nessa situação e não estão apresentando nenhum projeto de moradia social para essas áreas”, disse Branquinho do Pina, que se retirou afirmando querer ser vaiado pelo Ocupe Estelita. Renê Guedes, do Coque, era o mais exaltado, interrompendo algumas falas aos gritos.

Morador do bairro de São José há 54 anos, Albino Sérgio afirmou que o Novo Recife é importante para a área por tirar a sensação de abandono que ele sente no local. “A gente deveria ter brigado antes de ser vendido”, afirmou.

O arquiteto Sérgio Guedes, a favor do projeto, conclamou os participantes da audiência a se unir não contra o Novo Recife, mas pela revisão do plano diretor da cidade. “A construtora não faz o que quer, faz o que a sociedade quer comprar, o que o mercado pede”, disse.

Esperando um clima de tensão no ato sobre o projeto envolto em polêmicas, a Guarda Municipal e o Batalhão de Choque também aguardaram fora do Clube Internacional, onde foi realizada a audiência pública. Em junho, a Polícia Militar foi criticada por grupos da sociedade, acusada de usar a força para retirar os manifestantes que ocupavam o Cais José Estelita em protesto contra o início da demolição dos galpões, nunca concluída.

Assunto: Audiência pública para apresentar redesenho do Novo Recife é marcada por calorosa discussão

Veículo: diariodepernambuco.com

Data: 28/11/2014

Editoria:

Seção:



[Estelita »](#)

Audiência pública para apresentar redesenho do Novo Recife é marcada por calorosa discussão

O Clube Internacional do Recife, no bairro da Madalena, foi palco, nesta quinta-feira (27), de uma calorosa audiência pública para apresentação do redesenho do projeto Novo Recife. Como o empreendimento imobiliário já tinha passado por discussões e modificações durante os meses de outubro e novembro, o encontro desta quinta teve o propósito de apresentar as mudanças à sociedade e ouvir as opiniões contrárias e a favor do projeto.

Para os integrantes do Movimento Ocupe Estelita, as sugestões feitas não foram incorporadas ao redesenho. A advogada do movimento, Liana Cirne Lins, reforçou que as mudanças apontadas não teriam sido cumpridas e que o estudo de impacto de vizinhança não teria se realizado. "Essa audiência não representa uma participação popular porque não é uma ouvida sincera da sociedade civil. As contribuições que enviamos não foram acolhidas nem inseridas no redesenho", disse.

De acordo com a Prefeitura do Recife, a audiência desta quinta não teve caráter deliberativo. "Em duas semanas, o consórcio deve consolidar o material do projeto e enviar à prefeitura, que fará um plano específico de ocupação para as áreas do Cais Jose Estelita, Cais de Santa Rita e Cabanga, que será enviado para votação na Câmara de Vereadores", informou a Secretaria municipal de Planejamento. A previsão é de que no primeiro quadrimestre do próximo ano a Câmara de Vereadores receba o documento.

Ainda segundo a PCR, o redesenho levou em consideração sugestões apresentadas por instituições de ensino e urbanismo, movimentos sociais e a sociedade civil em geral à Prefeitura do Recife. Após a apresentação do projeto pelos arquitetos do Consórcio Novo Recife - Marco Antonio Borsoi, Alexandre Mações e Jerônimo da Cunha Lima - representantes do consórcio não se posicionaram durante a audiência.

O encontro estava inicialmente marcada para o dia sete de novembro na Faculdade de Administração de Pernambuco (Fcap) mas, no dia do evento, a justiça determinou a suspensão. A medida foi tomada pela juíza da 3ª Vara da Fazenda Pública, Mariza Borges, após ação popular ingressada pelo Movimento Ocupe Estelita, com apoio do Centro Po-

pular de Direitos Humanos (CPDH), apontando desconformidade com a Lei Municipal 16.745.

O movimento alegou que não foi cumprido o prazo de publicação de 15 dias de antecedência ao evento e publicização das informações que serão debatidas, além das condições das inscrições.

Na ocasião, a juíza ainda determinou que a Prefeitura do Recife publicasse nova data para o evento, desta vez respeitando os critérios legais. De acordo com a decisão judicial, caso a medida fosse descumprida, poderia ser aplicada uma multa no valor de R\$ 200 mil, configurando crime de desobediência e improbidade administrativa.

| | |
|---|-------------------------|
| Assunto: Brasil faz uso abusivo da prisão provisória, diz estudo | |
| Veículo: NE10 | Data: 28/11/2014 |
| Editoria: | Seção: |



IPEA

Brasil faz uso abusivo da prisão provisória, diz estudo



Resultado do levantamento mostra que no país há uso “sistemático, abusivo e desproporcional” da prisão provisória em detrimento da adoção de medidas alternativas Foto: Reprodução

O Sistema de Justiça Criminal brasileiro mantém nas cadeias do país cerca de 90 mil presos provisórios, 37,2% do total, que – no final do processo judicial - serão absolvidos ou condenados a penas alternativas, sem restrição de liberdade. É o que mostra a pesquisa Aplicação de Penas e Medidas Alternativas, feita pelo Ministério da Justiça e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgada nesta quinta-feira (27).

O resultado do levantamento mostra que no país há uso “sistemático, abusivo e desproporcional” da prisão provisória em detrimento da adoção de medidas alternativas. A pesquisa analisou dados de varas criminais e de juizados especiais de Alagoas, do Distrito Federal, do Espírito Santo, de Minas Gerais, do Pará, do Paraná, de Pernambuco, do Rio de Janeiro e de São Paulo, no últimos dois anos.

“A aplicação de penas alternativas no Brasil ainda é irrisória em relação ao que o Sistema de Justiça Criminal produz. Ainda temos a prisão preventiva como forma central de

organizar a produtividade da Justiça Penal”, disse o técnico de planejamento e pesquisa do Ipea e coordenador da pesquisa, Almir de Oliveira Junior.

Segundo ele, é um mito a ideia de que “a polícia no Brasil prende e a Justiça solta”. E acrescentou: “Isso não é verdade. Mais de 80% das pessoas presas em flagrante têm a confirmação da prisão pelo juiz e permanecem presas até o final do processo. E o mais grave é que - em quase 40% dos casos - as pessoas são absolvidas ou recebem penas alternativas”.

A realidade, concluiu a pesquisa, contribui para a superlotação das cadeias brasileiras sem, no entanto, reduzir os índices de criminalidade e transparecer para a sociedade a sensação de segurança. “Percebe-se que grande parte da população carcerária o Brasil está no cárcere sem nenhuma razão, uma vez que a Justiça não confirma que a medida adequada após a averiguação dos fatos seria a prisão”, disse Oliveira Junior.

A utilização excessiva da prisão preventiva, segundo pesquisador do Ipea, está relacionada à visão tradicional de que a cadeia é sinônimo de punição. “Isso não é verdade. Podemos estruturar melhor as penas e medidas alternativas para produzir resultados, [proporcionando] a redução da criminalidade. O que não pode acontecer são os operadores da Justiça Criminal, como juízes, promotores, vejam a si mesmos como parte do controle policial do Estado, querendo produzir resultados de segurança pública, mantendo as pessoas presas”.

Ele acrescentou que, nos últimos dez anos, houve aumento expressivo da população carcerária sem que houvesse redução das taxas de criminalidade.

A pesquisa mostra ainda que - dos réus que responderam a processo em liberdade - 25,2% foram condenados a prisão, 26% a penas ou medidas alternativas, 23% absolvidos e 25,6% tiveram os processos arquivados por falta de provas ou prescrição.

Conforme a pesquisa, enquanto 92,8% dos réus que cumpriram prisão provisória receberam sentença de mérito, 74,4% daqueles que responderam processo em liberdade foram julgados. “O alto percentual de sentenças de mérito obtidas em casos em que os réus cumpriram prisão provisória pode ser explicado pela tramitação prioritária desses processos e maior facilidade de se praticar atos processuais. Não obstante, o percentual também elevado de sentenças de mérito em casos de réus que não cumpriram prisão provisória demonstra que a liberdade não se apresenta como óbice objetivo à conclusão dos processos criminais”, diz a conclusão do estudo.

| | |
|---|-------------------------|
| Assunto: 37% dos réus submetidos à prisão provisória não são condenados à prisão | |
| Veículo: Conjur | Data: 28/11/2014 |
| Editoria: | Seção: |



PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

37% dos réus submetidos à prisão provisória não são condenados à prisão

A política criminal no Brasil funciona da seguinte forma: só é processado quem foi preso em flagrante e só é condenado quem já estava preso. É o que se conclui de estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Departamento de Política Penitenciária do Ministério da Justiça (Depen), divulgado nesta quinta-feira (27/11).

De acordo com a pesquisa, 60% dos inquéritos policiais conclusos em 2011 foram abertos a partir de flagrantes. E 65,5% das denúncias recebidas pelo Judiciário tratavam de inquéritos abertos depois de flagrante. Em 87% dos casos, o réu já estava preso. Nos inquéritos abertos por portaria, a proporção de denúncias aceitas com o réu já preso cai para 12,3%.

Quando se trata da condenação, as cifras são parecidas: 63% dos réus que cumpriram prisão provisória foram condenados a penas privativas de liberdade e 17% foram absolvidos. Isso mostra que 37% dos réus que foram submetidos à prisão provisória não foram condenados a cumprir pena atrás das grades. Receberam penas restritivas de direitos e medidas alternativas ou a decisão foi pelo arquivamento do caso ou pela prescrição da pretensão punitiva.

“Ou seja, o fato de que praticamente quatro em cada dez presos provisórios não recebem pena privativa de liberdade revela o sistemático, abusivo e desproporcional uso da prisão provisória pelo sistema de Justiça do país”, conclui o estudo.

Almir de Oliveira Júnior (*foto*), um dos responsáveis pelo levantamento, complementa com o dado do chamado déficit carcerário: em dezembro de 2011 o Brasil tinha 270 mil vagas para 514,5 mil presos. Faltavam, portanto, 244,5 mil vagas no sistema prisional brasileiro. “Faltam vagas, mas prende-se mais do que devia”, afirma o diretor do Ipea.

O levantamento também conclui que parte da “culpa” pela situação estar como está é da falta de defesa adequada. Em 60% dos casos em que houve sentença condenatória, não houve qualquer recurso. Dos casos em que a defesa recorreu, em 22,4% aguardaram o recurso presos. “Uma vez proferida a sentença, ela é cumprida imediatamente pelos réus. São poucos os processos com recursos capazes de adiar o cumprimento da sentença”, afirma o Ipea.

O estudo do Ipea fala dos inquéritos, denúncias e processos criminais conclusos até dezembro de 2011. O maior impacto da Lei das Cautelares (Lei 12.403/2011), editada em maio daquele ano, portanto, não foi retratado no documento.

A pesquisa começou a ser feita em 2012 e durou cerca de dois anos. Por isso, explica a entidade, há “defasagem” das informações. Também foram analisados dados dos estados com as maiores taxas de homicídio por habitante, entre eles Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo.

Segundo os dados do Depen do mesmo período, o Brasil tinha, em dezembro de 2011, 514,7 mil pessoas presas, entre homens e mulheres em todos os regimes. Desses, 217,1 mil eram presos provisórios, entre os detidos em presídios e em delegacias. Uma proporção de 42%.

Jogada ensaiada

“Os dados mostram que, embora o senso comum diga que as leis são fracas, ou que a polícia prende para a Justiça soltar, a realidade é que, instaurado o inquérito, o Ministério Público denuncia e a Justiça assina embaixo”, comenta Oliveira Júnior, que é diretor de estudos e políticas de Estado das instituições da democracia do Ipea.

Ele falou na manhã desta quinta, durante o evento em que foi divulgado um resumo do estudo. De acordo com Oliveira Junior, o Ipea constatou que a prisão é vista pelo sistema criminal como “uma forma de fazer as coisas andarem”. É decretada a prisão preventiva para garantir que o réu será encontrado e que comparecerá às audiências, por exemplo, segundo o pesquisador.

“De fato, quando o réu está preso o processo anda mais rápido. Muito se fala que há dificuldade em achar as pessoas. Por isso a polícia já prende, o MP denuncia e a Justiça condena, mantendo a prisão. É como se o Judiciário tomasse para si o papel de dar respostas à sociedade. Mas é essa a solução? Num Estado Democrático de Direito?”, provoca o diretor do Ipea.

Cor e classe

Na análise da pesquisadora **Raquel da Cruz Lima** (*foto*), o estudo aponta a necessidade do “combate ao encarceramento”. Ela é da equipe de Justiça Criminal do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC), uma ONG que milita pela redução do encarceramento e pelos direitos da população carcerária.

Raquel acredita que o flagrante seja o “eixo fundamental” dos problemas da política criminal brasileira atual. Ela explica que, como é o flagrante que garante a instauração do inquérito, são as chamadas delegacias de circunstância, não especializadas, que determinam quem será processado ou não. E, pelas estatísticas, quem será condenado ou não.

Segundo ela, suspeitos é que são presos em flagrante, e a definição de um suspeito passa pela análise de uma série de padrões físicos e comportamento. A pesquisadora entende essa postura como preconceituosa, o que explicaria a grande maioria de presos negros, pobres e de baixa escolaridade.

O próprio Depen afirma que, em dezembro de 2011, quase a metade dos presos do país não tinha nem o ensino fundamental completo, a maioria tinha entre 18 e 24 anos e se identificou como parda. “Diante do dado de que o juiz mantém preso por causa da dificuldade de localizar o réu, quem está mais propenso a ser preso senão uma pessoa em situação de rua?”, comenta Raquel Lima.

Fabiana Costa de Oliveira Barreto, membro do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça (CNPCCP), concorda com a pesquisadora. Para ela, o estudo do Ipea prova que “o flagrante é nosso arqui-inimigo”. Durante o evento de lançamento do sumário do estudo do Ipea, ela analisou que a política criminal que não trata das prisões em flagrante “não toca no cerne do problema”. “As pessoas são processadas porque são presas.”

O promotor de Justiça **André Luis Melo**, observa que os 30% que não foram condenados, não necessariamente foram absolvidos, pois o juiz pode ter aplicado penas alternativas. "O problema é que réu solto a defesa faz chicana e não cumpre prazos, e até mesmo o Judiciário não prioriza. Foca apenas em réu preso, ainda que por furto de chocolate", complementa.